DF CARF MF Fl. 95





**Processo nº** 15559.000165/2007-27

**Recurso** Voluntário

Acórdão nº 2402-008.879 - 2ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 2ª Turma Ordinária

Sessão de 2 de setembro de 2020

**Recorrente** REGINALDO FERREIRA GOMES

Interessado FAZENDA NACIONAL

# ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Data do fato gerador: 11/12/2006

RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE.

É intempestivo o recurso voluntário interposto após o decurso de trinta dias da ciência da decisão de primeira instância.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer parcialmente do recurso voluntário, conhecendo-se apenas da alegação referente à tempestividade e, nessa parte conhecida do recurso, negar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Denny Medeiros da Silveira - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Ana Claudia Borges de Oliveira - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Ana Claudia Borges de Oliveira (Relatora), Denny Medeiros da Silveira (Presidente), Francisco Ibiapino Luz, Gregório Rechmann Junior, Luís Henrique Dias Lima, Márcio Augusto Sekeff Sallem, Rafael Mazzer de Oliveira Ramos e Renata Toratti Cassini.

### Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário em face do Acórdão nº 13-20.825 (fls. 54 a 60), que julgou improcedente a impugnação e manteve o crédito constituído por meio do Auto de Infração DEBCAD nº 37.007.581-1 (CFL 38), lavrado em 11/12/2006, no valor de R\$ 11.569,42, por ter deixado de exibir documento ou livro relacionados com as contribuições previstas na Lei nº 8.212/91, mais especificamente a folha de pagamento de 09/2006.

Consta no Relatório Fiscal (fls. 10 a ) que o contribuinte é presidente da Câmara Municipal de Belford Roxo e foi autuado por ser o dirigente responsável por eventuais infrações à legislação previdenciária.

A DRJ julgou a impugnação improcedente nos termos da ementa abaixo:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Exercício: 2006

### INFRAÇÃO. NÃO EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS.

A empresa é obrigada a exibir todos os documentos e livros relacionados com as contribuições para a Seguridade Social, conforme previsto no Art. 33, § 2° da Lei 8.212/91.

Lançamento Procedente

O contribuinte foi cientificado da decisão em 06/09/2008 (fl. 64) e apresentou Recurso Voluntário em 24/03/2009 (fls. 76 a 82).

É o relatório.

#### Voto

Conselheira Ana Claudia Borges de Oliveira, Relatora.

O recorrente foi cientificado da decisão da DRJ no dia 06/09/2008, conforme AR de fl. 64, referente ao Ofício 925/2008 (fl. 62).

O AR foi recebido por Eliana Calheiro Gomes no endereço: Av. Benjamin Pinto Dias, 441 – Centro – Belford Roxo/RJ. Confira-se (fl. 64):



No dia 18/11/2008, foram expedidos os Ofícios nº 1685/2008 (fl. 65) certificando o trânsito em julgado em razão do transcurso do prazo para apresentação de recurso; e nº 1686/2008 (fl. 66) informando o envio do crédito para inscrição em Dívida Ativa.

Os Ofícios foram recebidos em 25/11/2008, por Irene Fortunato Rodrigues, no endereço mencionado acima, conforme comprova o AR de fl. 69:



Em 08/12/2008, o contribuinte apresentou solicitação de cópia desse processo (fl.

Depois, em 24/03/2009, protocolou Recurso Voluntário (fls. 76 a 82). Nas razões do recurso alega que Eliana Calheiros Gomes não tinha competência para receber o AR, no entanto, não informa o motivo, nem quando teria mudado de endereço.

Ressalta-se que esse é o endereço que consta no auto de infração lavrado em face do recorrente e não houve qualquer manifestação ou notícia de que estaria incorreto. Veja-se às fls. 3:

Identificação do Autuado
CEI: 35.350.00747/05
Nome: REGINALDO FERREIRA GOMES
Endereço: AV. BENJAMIM PINTO DIAS 441
Municipio: BELFORD ROXO
UF: RJ CEP: 26130-305
Tel:
Unidade de Atendimento da Receita Previdenciária: 17022010

CNAE: 7511.6 FPAS: 0000 Fundamento Legal: 38 Data: 11/12/2006 Hora: 17: 25

Conforme dicção do art. 23 do Decreto nº 70.235/72, considera-se válida a intimação entregue no domicilio tributário do contribuinte, embora não tenha sido ele a pessoa que assinou o AR enviado pela Delegacia da Receita Federal.

Nesse sentido é o Enunciado nº 9 da Súmula do CARF, de observância obrigatória conforme Portaria MF nº 277, de 07/06/2018, DOU de 08/06/2018:

**Súmula CARF nº 9**: É válida a ciência da notificação por via postal realizada no domicílio fiscal eleito pelo contribuinte, confirmada com a assinatura do recebedor da correspondência, ainda que este não seja o representante legal do destinatário.

Destarte, tendo sido intimado da decisão proferida pela DRJ no dia 06/09/2008 (sábado) tem-se que o prazo de 30 (trinta) dias para interposição do recurso voluntário começou em 08/09/2008 (segunda-feira) e se encerrou no dia 07/10/2008 (terça-feira).

Ocorre que, conforme se infere do carimbo aposto na peça recursal (fl. 76), tem-se que este foi apresentado somente no dia 24/03/2009:



70).

Fl. 98

O recurso voluntário em análise é, portanto, intempestivo por extrapolar o prazo legal de trinta dias contados da ciência da decisão de primeira instância (arts. 5° e 33 do Decreto n° 70.235/72).

## Conclusão

Diante do exposto, voto pelo conhecimento parcial do recurso voluntário e, na parte conhecida, negar-lhe provimento.

(documento assinado digitalmente)

Ana Claudia Borges de Oliveira